



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

RELAÇÕES RACIAIS NO COTIDIANO ESCOLAR.

Por

Tatiana de Castro

Rio de Janeiro

2004



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

RELAÇÕES RACIAIS NO COTIDIANO ESCOLAR.

Monografia apresentada à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro para obtenção do grau de licenciatura plena em Pedagogia.

Por:

Tatiana de Castro

Profª Orientadora: Drª. Maria Amélia Gomes de Souza Reis.

Rio de Janeiro

2004

AGRADECIMENTOS

.... aos amigos e amigas que contribuíram para que este trabalho se concretizasse, à Ana Leite, à Maria Amélia e a todos os afro-descendentes que defendem a nossa causa.

DEDICATÓRIA

.... dedica-se à minha família, que sempre me mostrou o quão é importante lutar e crescer, enquanto negra e enquanto mulher...

*“ ENSINAR EXIGE RISCO,
ACEITAÇÃO DO NOVO
E REJEIÇÃO A QUALQUER FORMA DE DISCRIMINAÇÃO ”*

(Paulo Freire).

RESUMO

Este trabalho traz em seu bojo a problemática das relações raciais na educação, buscando mostrar as situações em que atos discriminatórios ocorrem, bem como sua repercussão na trajetória escolar de alunos afro-descendentes.

A abordagem em questão revela alguns dados estatísticos com relação à situação do negro na sociedade brasileira, como resultado de um histórico de preconceito e discriminação raciais e da luta dos negros brasileiros em prol de igualdade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I - Histórico do Racismo e a Luta pelos ideais anti-racistas	09
1.1 – Histórico do Racismo	09
1.2 – A Luta pelos Ideais Anti-racistas	14
CAPÍTULO II - Números que contam as desigualdades	17
2.1 – Onde Moram os Negros	17
2.2 – Raio-X da Desigualdade Racial	18
2.3 – Anos de Estudo, segundo Cor, Sexo e Religião	19
2.4 – Salário Médio	21
2.5 – Taxa de Desemprego	22
CAPÍTULO III – Análise da Pesquisa sobre Vitimização e Racismo nas Escolas	24
3.1 – Primeira Etapa	26
3.2 - Segunda Etapa	27
CONCLUSÃO	31
BIBLIOGRAFIA	35

INTRODUÇÃO

No Brasil, crianças afro-descendentes vêm sofrendo situações traumáticas relacionadas à questão racial na escola. Muito se tem escrito nos últimos anos sobre raça, discriminação e desigualdades raciais. Este tema vem sendo discutido por vários motivos, dentre eles: trata-se de uma questão de direitos humanos e de direito à cidadania, bem como se pauta pela existência da relação que há entre raça e vulnerabilidade social e considerando a educação como um campo de reprodução das desigualdades.

Em algumas pesquisas realizadas pela UNESCO¹, tem se focado a raça como tema transversal. Em alguns estudos foram identificadas práticas discriminatórias no cotidiano escolar, resultantes de pré-concepções quanto à raça², como expressões variadas de racismo³, sua banalização e ações no plano simbólico⁴.

Frota-Pessoa (1996)⁵ chama atenção para a impropriedade da substituição do termo raça por etnia, ou grupo étnico, *pois estes termos indicam as semelhanças culturais dentro de uma população, ou o conjunto de suas características culturais e genéticas*. Em sua definição, o conceito de raça é compreendido por populações que diferem significativamente nas frequências de seus traços genéticos. Para este autor:

¹ (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) - Pesquisa sobre Vitimização e Racismo nas Escolas (2003).

² Conjunto de indivíduos com características biológicas semelhantes, geralmente hereditárias. Costumam ser consideradas características raciais, tais como cor da pele, altura, tipos de cabelo, etc.

³ Afirmação de superioridade de uma raça sobre outras. Pode tomar diversas formas, sendo que a segregação é a mais ostensiva delas.

⁴ Sentido alegórico, emblemático, que não assume muita importância.

⁵ Frota-Pessoa O. Raça e Eugenia. p. 29.

A diversidade genética existente entre pessoas de uma mesma raça deixa claro que é um termo coletivo. O nome 'raça' designa uma população e não um dos indivíduos que integra tal população... raça é sempre uma população heterogênea, definida por suas frequências gênicas, que diferem das de outra população (p. 29).

O trabalho foi desenvolvido a partir do reconhecimento do racismo no interior da sala de aula. A denúncia da discriminação racial na educação tem sido ignorada nas escolas, através da negação perante os rituais racistas⁶ frequentes no cotidiano escolar⁷.

O interesse pelo referido tema iniciou-se a partir de reflexões acerca de situações de discriminação racial por mim vivenciadas no cotidiano escolar, visto que minha trajetória escolar se deu na rede privada de ensino (desde a alfabetização até o Ensino Médio). Essas situações de discriminação racial foram bem trabalhadas e resolvidas junto à minha família, possibilitando-me a base para que eu pudesse construir uma consciência crítica acerca das relações raciais.

A partir do momento em que consegui me assumir como negra e valorizar a minha cultura, e partindo do pressuposto que a diferença é uma riqueza, pude reconhecer o meu valor social, enquanto pertencente a três grupos marginalizados pela sociedade brasileira, pois sou mulher, negra e pobre, circunscrita em uma sociedade machista, racista, classista e elitista. O curso superior me acrescentou o material teórico-metodológico necessário para que eu pudesse compreender como as relações raciais ocorrem no âmbito escolar e, a partir de disciplinas que abordavam os estereótipos veiculados pela ideologia da classe dominante, me identifiquei com o tema e decidi aprofundar meus conhecimentos em relação ao mesmo, culminando com a elaboração deste trabalho monográfico.

⁶ Forma prática de demonstrar uma suposta superioridade de uma raça que se confere o direito de exercer domínio sobre as outras.

⁷ Contexto histórico no qual surge uma determinada escola, condutas e valores regidos pela urbanidade; pelo crescimento desordenado da periferia pobre e as contradições que esse processo produziu.

Ao participar da pesquisa sobre *Vitimização e Racismo nas escolas*, promovida pela UNESCO no ano de 2003, onde foram observadas situações nas quais o racismo se manifesta, implícita ou explicitamente no cotidiano escolar, pude ter uma visão mais ampla sobre o tema e delimitar o objeto de estudo.

Nesta abordagem, procuro identificar estereótipos em relação ao negro contidos nas práticas escolares. Trata-se de um estudo no qual busco analisar os atos e os tipos de racismo presentes no ambiente escolar, suas repercussões na construção da auto-estima das crianças negras - que passam a internalizar estigmas de inferioridade - bem como sua banalização e naturalização, que contribuem para que a criança negra passe a ver a diferença como favorável para uns e desfavorável para outros, de acordo com a lógica de nossa sociedade plena em discursos construídos socialmente com bases eurocêntricas.

Deste modo, muitas expressões são consideradas como brincadeiras, motivo pelo qual esse assunto não assume importância para uma parcela significativa da sociedade.

Sendo assim, muitas expressões são consideradas como brincadeiras, }
motivo pelo qual esse assunto não assume importância para uma parcela } referida
significativa da sociedade.

A história do Brasil nos tem mostrado, em sua trajetória, um intenso processo de miscigenação, no entanto, conforme observei na pesquisa acima citada, muitos brasileiros ainda se consideram provenientes de uma única raça, a raça brasileira. Distorção do discurso da democracia racial, sempre referida, que ao sugerir a generalização/homogeneização racial torna-se mais uma forma de ocultar a presença do racismo. Acredito que a democracia racial seja mais um dos mitos

que se atrelam a formas disseminadas por todo corpo social em omitir o racismo e espriá-lo ao cotidiano escolar, conforme argumentam Bastide e Fernandes (1955)⁸:

Nós, brasileiros, dizia-nos um branco, temos preconceito de não ter preconceito. E esse simples fato basta para mostrar a que ponto o preconceito racial está arraigado no nosso meio social. Muitas respostas negativas- que dizem não haver preconceito racial no Brasil- explicam-se por esse preconceito de ausência de preconceito, por essa fidelidade do Brasil ao seu ideal de democracia racial.

A freqüência com que práticas discriminatórias ocorrem pode ocasionar a falta de aceitação do negro enquanto sujeito constitutivo da sociedade brasileira, fato que se reflete em âmbito educacional, segundo a análise da pesquisa. Considerando-se que a escola se fundamenta em uma ideologia de cunho discriminatório e passa a ser um campo de reprodução de desigualdades, como já explicitado.

Se, como vimos, a educação é um campo de reprodução das desigualdades, pode ser também um campo de desconstrução das mesmas, por isso, é necessário reconhecer a existência do preconceito racial, levando para o ambiente escolar discussões acerca deste tema.

Este trabalho tem, pois, como foco principal As Relações Raciais no Cotidiano Escolar, partindo-se de análises das práticas pedagógicas que contribuem para a disseminação do preconceito racial, uma vez que o projeto político pedagógico, nem os livros didáticos adotados, na maioria das vezes, não incluem em seu programa nenhuma reflexão em relação às crianças negras.

Os currículos, programas, materiais e rituais pedagógicos privilegiam os valores europeus em detrimento dos valores de outros grupos étnico-raciais presentes na sociedade. Em conseqüência disso, as populações excluídas podem vir a considerar os valores, a história e a cultura oficiais como superiores, renegando

⁸ BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo, p. 78.

sua própria cultura, múltipla e plural, uma vez que a afirmação da mesma poderá custar-lhe ônus sociais com os quais não sabe nem pode suportar.

As manifestações de discriminação racial são identificadas como questões de classe, isentando o racismo como principal instrumento de exclusão do povo negro da vida sócio-econômica e política do país.

Paralelo a isso, há o fato de que as classes menos favorecidas economicamente são constituídas predominantemente por “negros e pardos”⁹. Portanto, se as questões de classe são determinantes no que diz respeito ao fracasso escolar e se as classes excluídas são, em sua maioria, constituídas de afro-descendentes, as questões de classe e as questões étnico-raciais são dois fatores que se entrelaçam e se agravam no processo educativo.

Este trabalho de pesquisa teve seu início em julho de 2003, quando tive acesso ao acervo documental necessário para a abordagem em questão. A partir de setembro de 2003, comecei a organizá-lo de forma sistemática, utilizando os resultados da pesquisa de campo realizada no mesmo ano e os textos estudados acerca das questões raciais na educação.

Estruturei o presente trabalho monográfico, abordando no **capítulo I**, o histórico do racismo e dos movimentos sociais anti-racistas. Em seguida, no **capítulo II**, procuro relatar questões mais quantitativas em relação à posição do afro-descendente na sociedade brasileira, fazendo uma análise com base nesses dados estatísticos. No **capítulo III**, elaboro uma resenha com base no relatório da Pesquisa sobre Vitimização e Racismo nas Escolas, da qual participei, concluindo

⁹ Segundo dados da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (Pnad-IBGE) de 1992 e 2002, com elaboração do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (Iets).

com algumas considerações finais sobre o tema, relacionando a repercussão dessas questões na educação.

Espero que este trabalho contribua para a reflexão dos profissionais da educação que tiverem a oportunidade de conhecê-lo, pois é de extrema importância reconhecer que a tentativa de reduzir o negro à inferioridade é mais uma maneira de praticar o racismo e o preconceito racial¹⁰.

E, ainda, é preciso destacar que, atualmente o que se percebe é a falta de identificação do próprio povo negro com suas origens. Ele não conhece sua própria história que lhe é subtraída; ele conhece e se identifica com uma outra história que o exclui no decorrer de sua trajetória escolar. Desse modo, não poderia orgulhar-se de seu povo, pois a história não lhe apresenta espelhos positivos. A história que lhe é contada não lhe apresenta negros competentes, negros de sucesso que ocuparam ou ocupam classes privilegiadas socialmente. Onde estão os líderes negros que ajudaram a construir a história? Onde seus nomes são citados nos livros escolares? Como a criança negra irá construir sua auto-estima se não se identificam com as figuras históricas presentes em seu imaginário?

Nos materiais didáticos não estão: Agostinho Neto, poeta e político angolano; André Rebouças, engenheiro e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro; Antônio Rebouças, também engenheiro; Antônio Calado, músico e compositor; Antônio Conselheiro, líder religioso que comandou a Guerra de Canudos; Abdias do Nascimento, professor, escritor e dramaturgo; Abgail Moura, maestro e fundador da Orquestra Afro-Brasileira; Aída dos Santos, campeã olímpica; Aimé Césaire, poeta; Anacleto de Medeiros, músico e compositor; Castro Alves, poeta e abolicionista; Carlos Gomes, maestro; Cruz e Souza,

¹⁰ Idéia preconcebida, suspeita, de intolerância e aversão de uma raça em relação à outra, sem razão objetiva ou refletida. Normalmente, o preconceito vem acompanhado de atitudes discriminatórias.

poeta; Gonçalves Dias; entre outros que fizeram parte da construção da história mas que não fazem parte do cotidiano escolar. (Nascimento, 2002)¹¹

As questões relativas à história do negro no Brasil estão sendo contempladas pelo ensino da História da África nas escolas, instituído em forma da lei 10.639 de janeiro de 2003, grande avanço para os afro-descendentes, considerando-se que a defasagem da História do Brasil é decorrente da falta conhecimento sobre a História da África, daí a necessidade do educador remeter-se às origens para compreender melhor o presente.

A Lei nº 10639, de janeiro de 2003, altera a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Eu, PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts: 26-A e 79-B:

"Art. 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira".

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministradas no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B: O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o 'Dia Nacional da Consciência Negra".

Art. 2º esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque.

A lei por si só não garantirá a mudança de atitudes, pois escolarização não traz em seu bojo uma mudança de paradigma, por isso a necessidade do resgate

¹¹ Nascimento, Edialeida. O Negro na Construção do Brasil, p. 10.

histórico para melhor desenvolvimento dos conteúdos críticos capazes de fornecer ao professor instrumental para trabalhar as relações pessoais no cotidiano escolar.

Os cursos de formação de professores deveriam aprofundar em seus estudos questões na área de relações raciais e étnicas, visando à formação de cidadãos críticos e cientes das estratégias de domínio, opressão e desigualdades sociais e raciais que permeiam nos livros didáticos e nas práticas cotidianas escolares.

Um exemplo disso é, como será abordado mais adiante, o fato de muitos professores ainda não reconhecerem a existência do racismo na escola e na sociedade (*Pesquisa sobre Vitimização e Racismo nas escolas*), o que torna a conscientização ainda mais difícil, pois, se o racismo não existe para esses profissionais, torna-se mais difícil combatê-lo no cotidiano escolar.

Este trabalho não visa responder a essas questões. A intenção é fazer com que o leitor reflita, identifique, denuncie e tente abolir as práticas discriminatórias ocorridas na escola, por meio da tentativa de compreender a diferença e a diversidade como fatores de inclusão e não de exclusão.

Se a escola se pretende democrática, não deve homogeneizar os saberes e práticas, impondo seus padrões de comportamentos. Há uma necessidade de tornar a escola um espaço de reflexão da prática docente, fazendo uma ponte entre o dizer e o fazer.

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DO RACISMO E A LUTA PELOS IDEAIS ANTI-RACISTAS.

1.1 – Histórico do Racismo

O racismo é um fenômeno recente na história da humanidade. Em fins do século XV, um pouco antes do Renascimento, foi criada uma lei em uma legislação de fundo religioso chamada "Estatuto da Pureza de Sangue". Considerada o viés da ideologia racista, esta lei aterrorizou judeus, perseguidos e considerados impuros em relação à pureza dos cristãos.

O progresso técnico proveniente do Renascimento, deu subsídios à Europa para dominar o mundo, criando ideologias que mantinham e justificavam a dominação e a superioridade de uma raça sobre outras. Posteriormente, englobou-se à raça "impura" os negros, mulatos, mouros, indígenas e ciganos. Dessa forma, a lei discriminatória de cunho religioso passou a justificar a dominação europeia e, conseqüentemente, seus atos bárbaros cometidos nas colônias.

Os negros africanos trazidos como escravos para o Brasil pertenciam a diferentes etnias, cada uma delas com suas características. De acordo com Nascimento(2002), *como exemplo, Bambara, Yorubá, Banto, Benguela, Congo, Mandiga, Minas, Moçambique, Monjolo, Quimbundo, Rebola, Uolafe.*(p. 05). Segundo a autora,

Os escravos procriavam-se entre si. No entanto eram comuns os estupros de escravas pelos senhores de escravos. As moças negras eram usadas também na iniciação sexual dos sinhozinhos. Esta violência sexual, também, gerou a miscigenação. Desde então, cada brasileiro nascido dessa forma não poderia considerar-se enquanto uma *raça pura.* (p. 6).

Entretanto, os livros escolares de História do Brasil reforçam a idéia de que os negros africanos e os brancos europeus mantiveram relações sexuais "amigáveis". Muitos destes livros romanceados realçam a "sensualidade" das escravas que seduziam seus senhores, mascarando a violência sexual. Esta é uma forma de mostrar como o racismo está presente na escola, e como os profissionais da educação devem estar atentos para não reproduzir esta imagem deturpada da negra e do negro.

Em 1845, na Inglaterra, a lei Bill Aberdeen exterminava o fim do tráfico negreiro no mundo. No entanto, apesar de ter entrado em declínio, a escravidão criou nova roupagem, fundamentada pelas diferenças culturais entre grupos étnicos diferentes. A ideologia britânica, por exemplo, baseava-se na idéia de que seria impossível a convivência de grupos diferentes numa mesma sociedade. Nesse sentido, o racismo deixa de ser uma questão biológica e passa a ser cultural, baseado na necessidade de assumir uma cultura como padrão, no caso, a cultura da classe que detinha o poder sócio-político e econômico.

O Estatuto da Pureza de Sangue foi abolida em Portugal no século XIX; entretanto, o racismo continuou a manifestar-se de outras formas. Este "novo racismo" está articulado ao racismo anterior, uma vez que considera o negro inferior ao branco e coexiste com a intolerância religiosa.

A partir do século XIX, o racismo europeu passou a ser fundamentado teoricamente pelas definições impostas pelo darwinismo social, no qual, sustentava-se que a raça européia era superior, justificando a prática do trabalho escravo africano em áreas dominadas pela Europa.

Com a publicação do livro *A origem das espécies*, de Charles Darwin, em 1859, a noção de evolução, com explicações e terminologias acessíveis na época, ganhou espaço nas demais ciências, com conceitos e expressões que se popularizaram, como “sobrevivência dos mais aptos”, “adaptação”, “luta pela sobrevivência”. Tal discurso ligeiro e vigoroso se impôs, concebendo o desenvolvimento humano a partir de etapas fixas e predeterminadas, vinculando de maneira mecânica os elementos culturais, tecnológicos e sociais da sociedade, tomando força, assim, a escola “evolucionista social” (Schwartz, 2000), ou “darwinista social”. Esta forma de entender as relações entre os seres vivos determinava

que assim como a natureza, a sociedade era regida por leis rígidas e que o progresso humano era único, linear e inquebrantável (...) tendo a tecnologia como índice fundamental de análise e comparação, para os evolucionistas a humanidade aparecia representada tal qual uma imensa pirâmide – dividida em estágios distintos, que iam da selvageria para a barbárie e desta para a civilização -, na qual a Europa aparecia destacada no topo e povos como os botocudos na base a representar a ‘infância’ de nossa civilização.

Para Seyferth (1995)¹², neste contexto teórico, a idéia de “adaptação” se transforma em “aptidão”, segundo o qual *a aptidão para o progresso e para a sobrevivência não era só individual, mas também racial, fato que colocava as ‘raças inferiores’ sob o domínio das elites brancas da Europa.*

Em contrapartida a essa ideologia, a luta do homem pela afirmação de suas idéias busca suas origens nas idéias defendidas pela Independência Americana e, mais tarde, pela Revolução Francesa (Liberdade, Fraternidade e Igualdade), *não obstante esta deixasse de fora os interesses de combater o racismo no surgimento de novos ideais democráticos e na afirmação de que “todos os homens são iguais perante a lei”* (Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, 1789).

¹² SEYFERTH, G. *A Invenção da Raça e o Poder Discricionário dos Estereótipos*, p. 180.

Após a Primeira Guerra Mundial, organizou-se a Liga das Nações, antecessora das Organizações das Nações Unidas, com o objetivo de fazer a sociedade entender que a paz precisava ser mantida, e, para isso, deveria manter-se o respeito entre diferentes povos, em relação à religião, à raça e à cultura.

A aceitação dos Direitos Humanos foi preconizada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (10 de dezembro de 1948) afirmando os direitos civis e políticos, reconhecendo a dignidade e os direitos iguais a todos os membros da sociedade.

Após a Segunda Guerra Mundial, a ONU realiza a Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio, que assume importância para o referido tema, uma vez que há uma maior preocupação em combater as atitudes discriminatórias.

Na década de 1960, houve grande contribuição de estudos antropológicos e sociológicos acerca das minorias culturais, em prol de princípios de tolerância. Trata-se de Movimentos Sociais de Vanguarda e da existência de figuras como Martin Luther King.

Em 1965, a Assembléia Geral da ONU aprova a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (qualquer exclusão em relação à cor, raça, descendência ou origem nacional ou étnica).

A partir de então, há uma maior intensificação de ações para erradicação da discriminação racial.

- O ano de 1971 foi o Ano Internacional para Ações de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial;
- Em 1973, foi organizada a Convenção Nacional para a Repressão e o Castigo dos Crimes de Apartheid;

- A década de 1973 a 1982 foi reconhecida como a Primeira Década da Luta Contra o Racismo e a Discriminação Racial;
- Em 1978, foi realizada a I Conferência Mundial para Combater o Racismo e a Discriminação Racial;
- A década de 1983 a 1992 é reconhecida como a Segunda Década da Luta Contra o Racismo e a Discriminação Racial;
- Em 1983, foi realizada a II Conferência Mundial para Combater o Racismo e a Discriminação Racial, recomendando a década de 1994 a 2003 como a Terceira Década da Luta Contra o Racismo e a Discriminação Racial.

Em 2001, realiza-se a III Conferência Mundial Contra o Racismo, discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância correlata, em *Durban*, na África do Sul, uma luta heróica do povo da África do Sul contra o sistema institucionalizado do Apartheid, bem como na luta por igualdade e justiça em um clima de democracia, desenvolvimento, Estado de Direito e Respeito aos Direitos Humanos, pautados nos esforços continuados no combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata. Segundo Nascimento (2002)¹³,

Nesta Conferência, não se trata de discutir teoricamente o racismo, mas identificar de forma concreta as fontes, causas, formas e manifestações contemporâneas do racismo, bem como nomear suas vítimas; definir ações concretas de prevenção, educação e proteção para erradicá-lo; prover remédios, recursos e medidas concretas a nível nacional, regional e internacional; e definir estratégias para alcançar a verdadeira e efetiva igualdade.

¹³ Nascimento, Abdias do. O Quilombismo, p. 346

1.2 - A luta pelos ideais anti racistas.

Na ditadura em 1978, Januário Garcia fotografava o primeiro ato público do Movimento Negro¹⁴, contando com a ajuda da amiga Lélia Gonzalez, morta prematuramente anos atrás. Ele fotografava o Movimento desde 1974 e atualmente é dono de um amplo arquivo da luta de quase 30 anos pelo fim do preconceito e da discriminação. Entretanto, o movimento de resistência é bem mais antigo.

Os africanos e os afro-descendentes, inconformados com a escravidão, buscavam nos "quilombos" uma alternativa de liberdade. O mais conhecido foi o "Quilombo de Palmares", em Alagoas. Seu último comandante foi o General Zumbi dos Palmares, um exemplo de luta pela liberdade e pela independência.

Em 1930, o movimento negro brigava até pelo direito de entrar nos mesmos cinemas e barbearias dos brancos. Hoje, eles lutam contra as barreiras no mercado de trabalho e as desigualdades sociais.

"Meu primeiro ato foi em 1930, quando se criou a frente negra, em número e influência, o mais forte movimento que os negros já formaram no Brasil. Naquela época, lutamos para entrar na força pública e na guarda civil, onde só havia nórdicos; brigamos para entrar em cinemas, barbearias, para sermos contratados pelas empresas. Particpei de muito quebra-quebra. Sofri, fui exilado, nunca me envolvi em nada, não fui nem do Partido Comunista. Sempre defendi a dignidade da minha raça".

(Abdias do Nascimento, 90 anos, ex-deputado e ex-senador).

A Frente Negra, criada em 1930, foi proibida em 1937. Surgiram logo depois: Legião Negra Constitucionalista, Frente Negra Socialista, Comitê Democrático Afro-Brasileiro. Em 1945, a Convenção Nacional; em 1950 o Congresso Negro, o Teatro do Negro e o Jornal "O Quilombo".

¹⁴ O uso da expressão "Movimento Negro" refere-se ao conjunto de grupos organizados, em qualquer parte do mundo, com objetivos religiosos, políticos, culturais ou acadêmicos, voltados para a luta e defesa da valorização da identidade e das matrizes culturais de origens africanas.

Posteriormente, apareceu um ativista negro americano chamado Jimmy Lee, informando sobre o apoio da *Interamerican Foundation*, do Partido Democrata, aos militantes do Movimento Negro. Entretanto a polícia combateu mais esta iniciativa.

O Movimento Negro também teve sua repercussão em âmbito educacional, uma vez que, em 1974, a Universidade Cândido Mendes criou um Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Logo depois foi fundado um Instituto de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN).

Criou-se o Movimento Negro Unificado (MNU), quando três estudantes foram discriminados no Mackenzie. Em 1988, no Governo Sarney, o MNU convocou uma passeata na Avenida Presidente Vargas, no centenário de 13 de maio. O governo chamou o exército para cercar os manifestantes. Acharam que estes iriam destruir o monumento a Caxias. Entretanto, era uma homenagem ao Monumento a Zumbi.

Em termos jornalísticos, a temática sobre relações raciais também teve sua importância:

Os segmentos organizados da luta contra o racismo/ Movimento Negro já haviam percebido há muitas décadas a necessidade de expressar como também de assegurar sua auto-imagem, uma vez que a mídia em geral se faz representar pelas abordagens eurocêntricas. Com esta perspectiva, em diferentes estados do Brasil têm surgido experiências jornalísticas de cunhos inovadores que apontam a realidade afro-brasileira e sua interação com os demais segmentos da sociedade civil.

O debate trazido pela imprensa negra, além de focar as questões imediatas como a visibilidade do afro descendente na mídia fomenta a uma discussão de fundo que desmistifica a discussão iluminista acerca da liberdade de imprensa, jornais como *Koisa de Criolo*, *Simba*(RJ), *Frente Negra*, *Revista Tição*(RS), *Revista Ébano*, dentre outros, demarcam a presença do jornalismo produzido por afro-descendentes na década de 80. Estes veículos de informação, como se pode observar por seus títulos, reafirmam conceitos e inovam abordagens sobre o negro no Brasil, ou seja, as denominações foram formas encontradas de se ressignificar os sentidos pejorativos vinculados a essas expressões. O título *Ébano* é a auto-afirmação étnica, assumir a negritude. (Theodoro, 2002)¹⁵

¹⁵ THEODORO, Gerson Miranda. Comunicação Ética e Organização Comunitária: Afirmção identitária numa sociedade multicultural dominada pela ideologia eurocêntrica. Introdução.

Como descrito anteriormente, há um longo caminho percorrido no que diz respeito à busca pelo respeito às diferenças (étnicas, raciais, culturais). Entretanto, o que está disposto em forma de lei, não se efetiva, uma vez que o racismo ainda se manifesta, implícita e explicitamente na sociedade, no caso estudado, na sociedade brasileira.

O dia da Consciência Negra foi uma grande conquista. Entretanto, muitos brasileiros não sabem quem foi Zumbi dos Palmares:

Zumbi, de origem banta, foi o último Comandante do Quilombo de Palmares; é celebrado na experiência pan-africana do Brasil como o primeiro herói do pan-africanismo. Não apenas Zumbi, mas todo o povo heróico de Palmares deve ser reconhecido e celebrado pelo pan-africanismo mundial como exemplo militante e fundador do próprio movimento pan-africanista¹⁶.

As pessoas se contentam com comemorações festivas, shows, comidas e bebidas, sem que se tenha uma discussão sobre a construção de uma consciência negra que não deve se manifestar somente no dia 20 de novembro, mas diariamente, na luta pelo espaço, pelas oportunidades e pelo respeito às diferenças.

¹⁶ Nascimento. Abdias do. O Quilombismo. p 57 .

CAPÍTULO II

NÚMEROS QUE CONTAM AS DESIGUALDADES.

Este capítulo mostra os números que denunciam a falta de oportunidades e o preconceito (racial, de classe e de gênero), bem como casos de discriminação.

São mais de 79 milhões de negros e pardos. Concentram-se nas áreas mais pobres, ocupam os piores empregos, possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), compõem a maior taxa de analfabetismo e não possuem condições adequadas de saneamento básico.

Estes dados foram tirados do Jornal O Globo do dia 20 dezembro de 2003, em Edição Especial pelo dia da Consciência Negra.

2.1 – Onde Moram os Negros

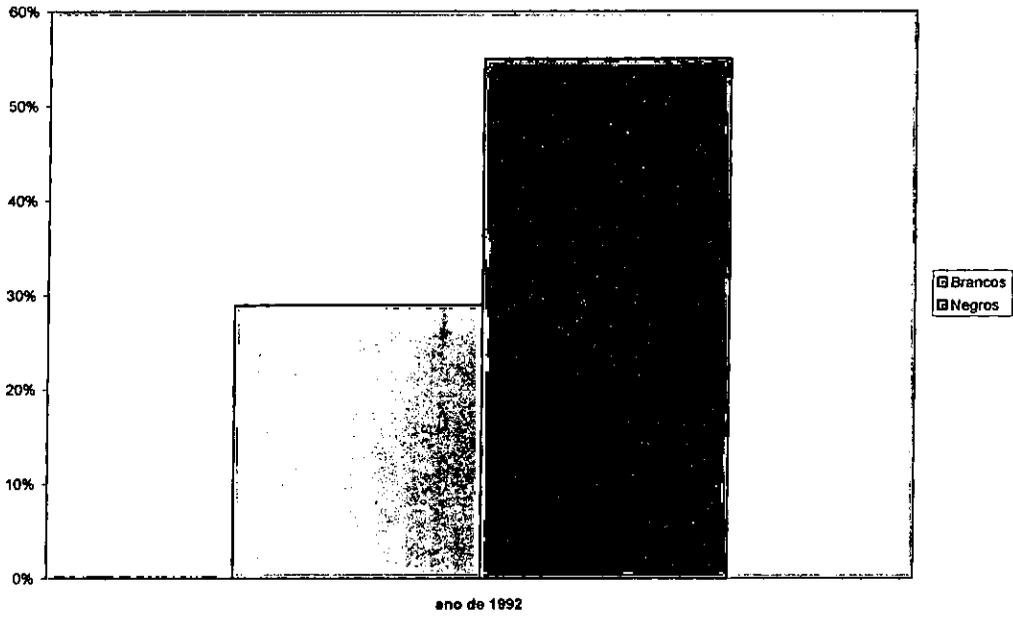
<i>BAIRROS</i>	<i>% NO TOTAL</i>	<i>% NA FAVELA</i>
Lagoa	3,8	*
Barra da Tijuca	6,5	58
Leblon	8,7	*
Gávea	9,1	21
Grajaú	15,3	66
Tijuca	19,2	67
Andaraí	20,1	53
Méier	21,3	52
Ramos	30,1	41
Irajá	38,6	67
Madureira	48,4	53
Jacarepaguá	50	59
Realengo	50,6	53
Bangu	54,3	63
Complexo da Maré	55,2	55
Complexo do Alemão	56,8	58
Jacarezinho	58,5	60
Santa Cruz	58,7	63

*bairros que não têm favela.

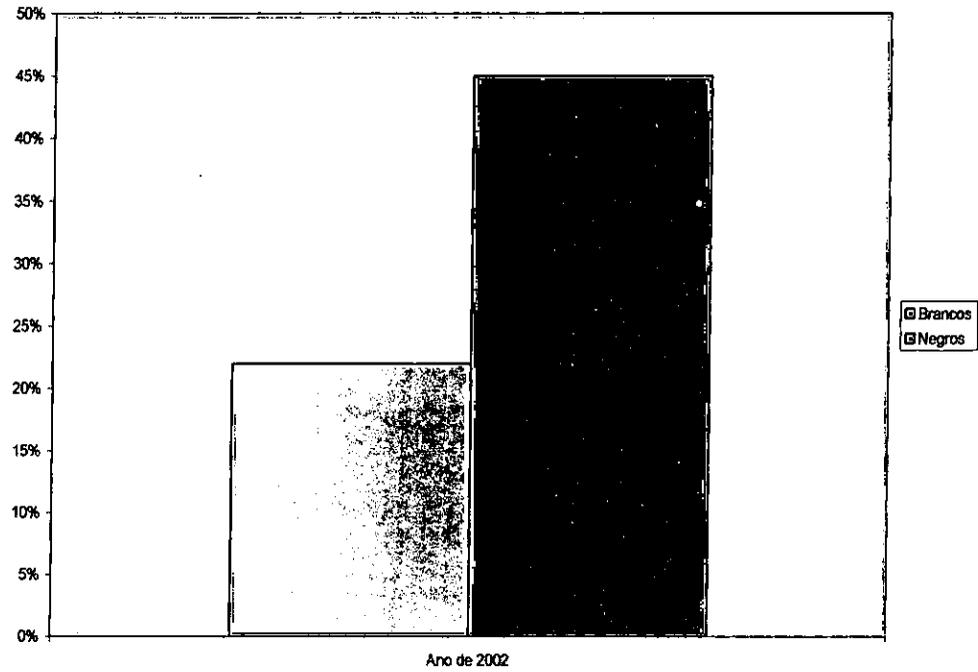
Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE, com elaboração do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade(IETS).

2.2 - Raio X da Desigualdade Racial

Proporção de pobres



Proporção de pobres



Com base nos dados acima, nota-se que os negros compõem a maior parte da população pobre do país, fato que contraria as vertentes que afirmam que as

questões de classe são determinantes no processo educativo, como já explicitado na introdução do trabalho.

Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva¹⁷, comparando os dados das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostras em Domicílios) de 1976, 1986 e 1998, observam que, embora os anos de estudos tenham aumentado para as populações de todas as regiões, isto não se reverteu em benefícios diretos para as populações.

2.3 - Anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais, segundo Cor, Sexo e Região nos anos de 1976, 1986 e 1998.

	1976	1986	1998
Brasil	3,8	4,5	5,9
Branços	4,5	5,4	6,8
Não-Branços*	2,7	3,9	4,7
Homens	3,9	4,6	5,8
Mulheres	3,7	4,5	6,0
Norte/Centro-Oeste**	4,5	4,8	6,0
Nordeste	2,4	3,1	4,5
Sudeste	4,5	5,2	6,6
Sul	4,0	4,8	6,3

Fonte: Tabulações especiais das PNADs de 1976, 1986 e 1998.

* Não- Brancos inclui pessoas de cor negra e parda.

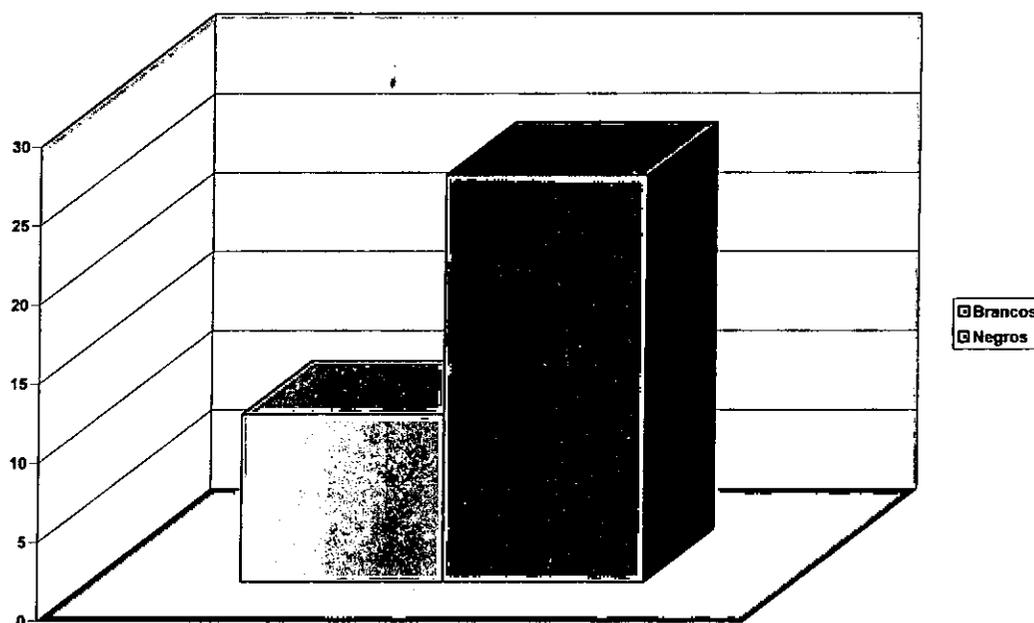
** Somente população urbana da Região Norte.

Com base na coleta sobre educação, Hasenbalg e Silva concluíram que, quando comparados aos brancos, negros e pardos têm probabilidade três vezes maior de continuar sem instrução ou sem completar a primeira série do primeiro grau. Essas pesquisas mostram que

¹⁷ Silva, Nelson do Valle e Hasenbalg, Carlos A. A Tendência das Desigualdades Educacionais no Brasil, p. 37.

entre os grupos constituídos por negros e pardos, o grau de maior desigualdade de oportunidades encontra-se no nível superior. O Brasil aproxima-se mais da África do Sul do que dos Estados Unidos, no que diz respeito às oportunidades que negros têm de ingressar no ensino superior.

Analfabetismo + de 15 anos (em %)

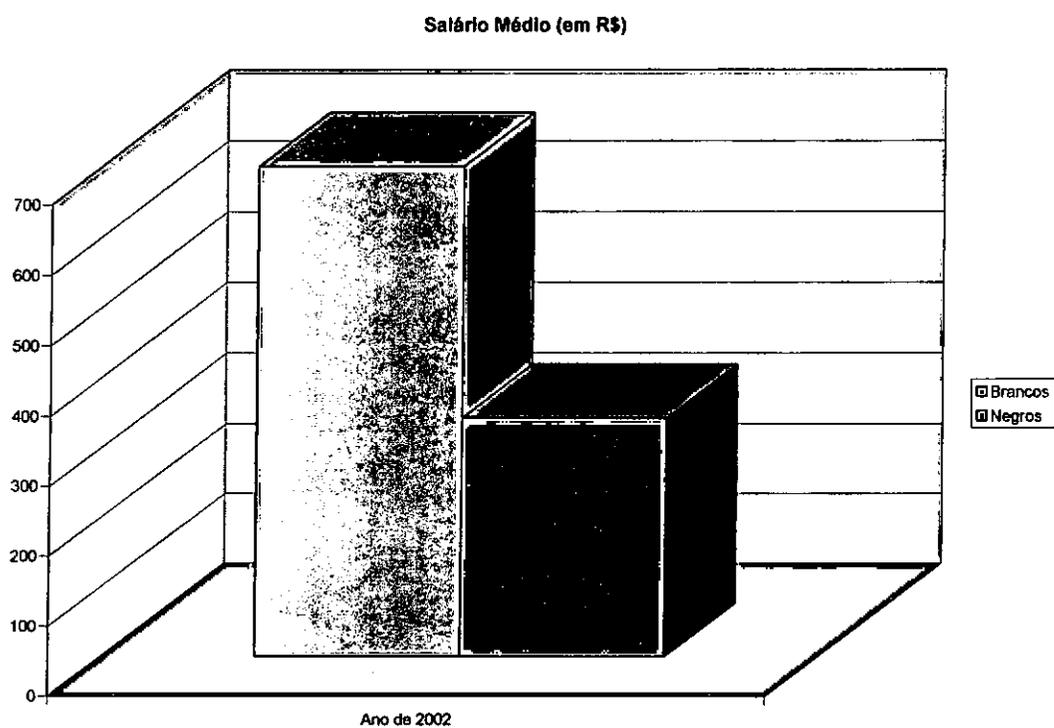
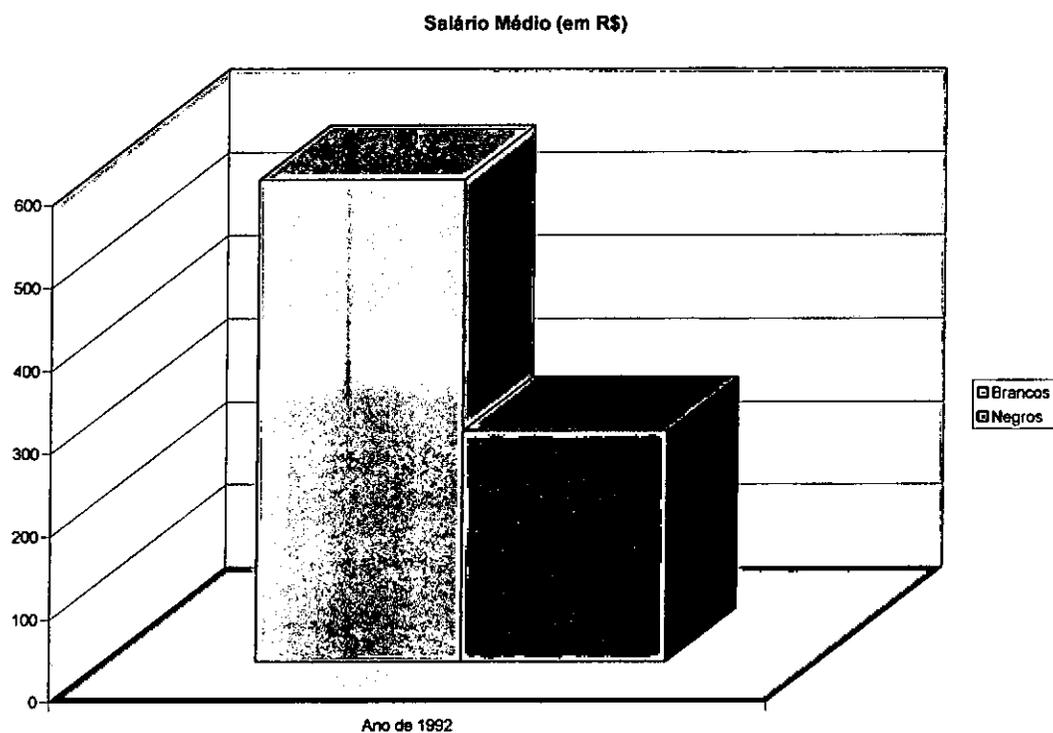


Segundo Sérgio Besserman Vianna (1999)¹⁸, ex-presidente do IBGE,

“o aumento da escolaridade de pretos e pardos é também combustível da intolerância com as diferenças. Eliminá-las seria, portanto, o efeito de reconstruir o tecido social brasileiro, desgastado pelas mazelas do passado e do presente.”

¹⁸ VIANNA, Sérgio Besserman. Discurso de transmissão do cargo de Presidente do IBGE, 1999.

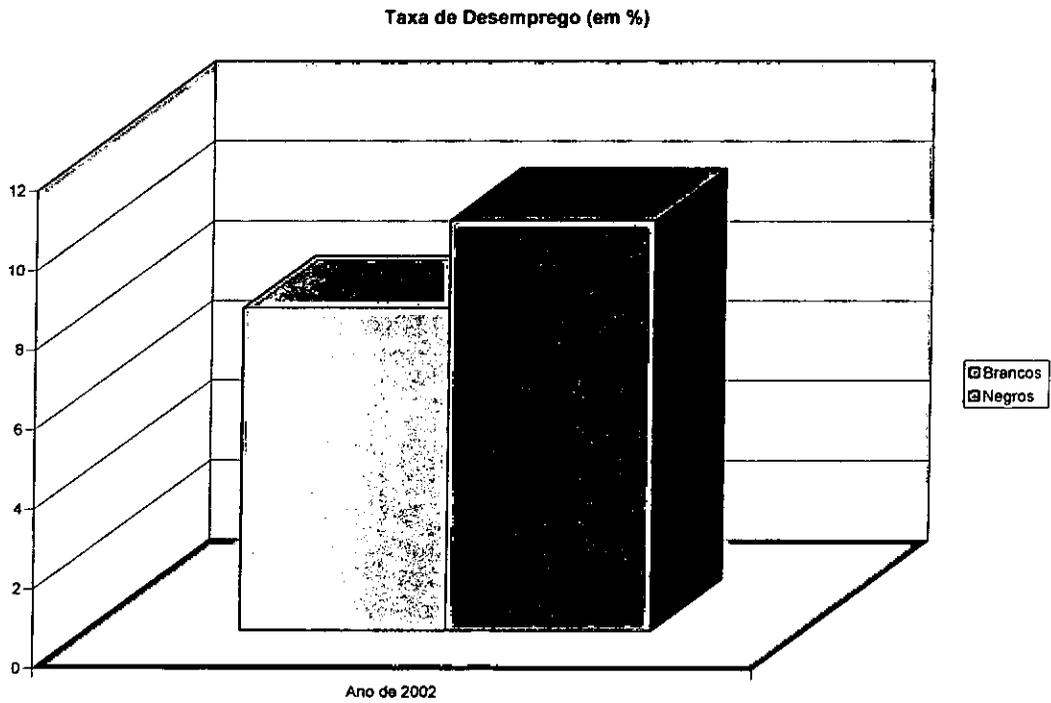
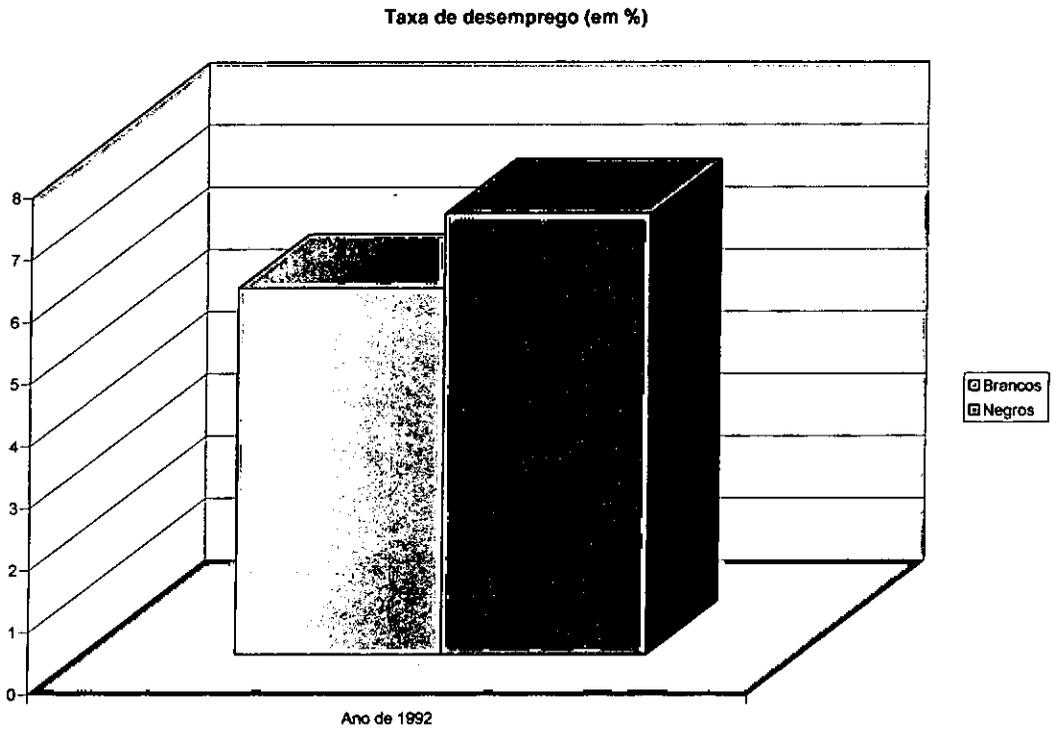
2.4 - Salário Médio



Conforme mostram os gráficos, o salário médio vêm aumentando, tanto para os negros quanto para os brancos. Entretanto a diferença de salário entre as duas

categorias é maior no ano de 2002 do que no ano de 1992, fator de aumento da desigualdade.

2.5 - Taxa de Desemprego



Esses são alguns fatores de discriminação social. Uma das formas de combatê-los é uma educação escolar. Mas esta, por si só, não contempla as defasagens causadas pelo sistema de cunho discriminatório. Segundo Silva (2001)¹⁷,

A educação escolar, por si mesma, não poderia ser um elemento de prevenção contra o racismo e a intolerância, como propõem as normas e leis que se remetem a ela, sem que haja deliberado empenho em recriar as relações sociais com que vamos construindo nossa identidade e nossa nação.

De acordo com esses dados e a partir de uma reflexão sobre a construção histórico-social das hierarquias em sistemas patriarcais, ressalta-se que as tomadas coletivas de propostas educacionais variadas, visando à comunidade negra, podem sofrer alterações e descontinuidade, sem o amparo legal e normativo de atividades de formação sólida, principalmente da comunidade branca, para consolidar que as relações entre grupos e pessoas tornem-se efetivamente igualitárias, na escola, na educação como um todo e em todos os planos da vida social e comunitária.

¹⁷ SILVA, Petronilha B. G. e. Pode a Educação Prevenir contra o Racismo e a Intolerância? 2001.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DA PESQUISA SOBRE VITIMIZAÇÃO E RACISMO NAS ESCOLAS PÚBLICAS - UNESCO, 2002.

Esta pesquisa, conforme explicitado na introdução, foi realizada no ano de 2002, com o objetivo de verificar a incidência da vitimização nas escolas urbanas das capitais em questão. A população-alvo da pesquisa é formada por alunos matriculados em escolas com as seguintes características:

- Escolas urbanas;
- Escolas públicas: estaduais e municipais;
- Escolas com 500 alunos ou mais;
- Escolas com educação básica: ensino fundamental e/ou ensino médio;
- Escolas com turmas da 6ª série do ensino fundamental até a 3ª série do ensino médio.

A proposta da pesquisa em questão era compreender o fenômeno da violência, por meio de diversos tipos de abordagens. Foi realizada em cinco capitais brasileiras – Belém, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre – e no Distrito Federal.

Nesta análise, que se faz resenha, pretendo focar uma forma mais específica de violência, ou seja, a discriminação racial presente nas escolas.

A pesquisa mostrou que ocorrem, dentro das escolas, práticas discriminatórias resultantes de pré-concepções quanto à raça. Em seus depoimentos, estudantes negros (as) dizem que já foram chamados (as) de “negão”, “negona”, “mulamba” em referência à cor da pele. Há até relatos de estudantes que

disseram ter perdido a vontade de ir à escola devido a este tipo de tratamento que, muitas vezes, assumem características de comicidade e brincadeira.

Por outro lado, há o relato de alunos e professores que dizem não existir discriminação racial e, por meio das observações e análises realizadas percebemos que ela existe e faz parte do cotidiano escolar insidiosa e silenciosamente e, por isso não facilmente percebida.

Alguns estudos mostram que a discriminação racial provoca efeitos no desempenho escolar dos alunos. Analisando os dados oficiais sobre distribuição da escolaridade da população brasileira, Henriques (2002)¹⁸, conclui *que enquanto 19% da população branca tem 11 anos de escolaridade ou mais, menos de 8% dos negros atingem esse patamar de escolaridade, o que é um indício da diferença de oportunidades dos dois segmentos.*

A pesquisa mostrou também uma forma de afirmação da cidadania cultural étnico-racial, através da arte, como *hip hop*, o *rap* e o grafite, bem como as organizações de base comunitária que focalizam a história do povo negro, sua colaboração cultural e o resgate da auto-estima dessa população, como, por exemplo, Organizações Não Governamentais (ONGs) específicas tais como o *Afro Reggae*.

Este estudo se propôs a identificar as situações de discriminação racial nas percepções de alunos e professores, como se dão as sutis e declaradas formas de discriminação racial e os entrelaces de referências identitárias, tais como raça, gênero e geração.

A metodologia da pesquisa em tela, baseou-se na articulação de técnicas quantitativas e qualitativas, como veremos a seguir. Dividiu-se em duas etapas nas

¹⁸ HENRIQUES, Ricardo. Raça e Gênero no Sistema de Ensino, p. 15.

quais foram usados diversos procedimentos técnicos de coleta de dados. Esses dados foram coletados pelas equipes técnicas, constituídas por pesquisadores e estudantes universitários e analisados pela equipe de coordenação.

3 . 1 - Primeira Etapa

Após passarem por uma capacitação, os assistentes de pesquisa fizeram um contato com as escolas. Em seguida, fizeram as visitas às mesmas, apresentando a pesquisa e sensibilizando os dirigentes em relação ao trabalho¹⁹.

As equipes fizeram um levantamento de informações sobre o estabelecimento, tais como, número de alunos, número de turmas, quadro de professores, entre outros.

Em seguida foi feito um trabalho de observação a partir de critérios estabelecidos previamente pela equipe de coordenação.

Os questionários²⁰ foram aplicados aos alunos e aos professores. Havia vinte questionários a serem aplicados aos professores e sessenta a serem aplicados a cada turma selecionada (geralmente eram três turmas de cada escola). Em alguns casos os alunos recusavam-se a preencher o questionário e alguns professores declaravam que não tinham disponibilidade e não davam muita importância à pesquisa.

¹⁹ Em algumas escolas encontramos resistência da direção, que muitas vezes não se mostrava disposta a colaborar com a pesquisa.

²⁰ Estes questionários continham questões qualitativas, tais como, incidência de atos violentos e discriminatórios, frequência e situações em que ocorrem no estabelecimento escolar.

As equipes realizaram entrevistas²¹ com diretores, coordenadores, vigias, inspetores e demais funcionários. Uns eram muito atenciosos, outros não demonstravam o menor interesse em participar da pesquisa.

Alguns entrevistados não relatavam a realidade da escola. Este fato era evidenciado através do relato contraditório de mais de um entrevistado em relação ao mesmo assunto.

As respostas eram variadas, pois eram subjetivas e dependiam da concepção que cada entrevistado tinha sobre violência. Alguns fatos eram tão corriqueiros que já haviam sido naturalizados, não sendo considerados atos de violência nem de discriminação.

As equipes de pesquisa elaboraram relatórios, seguindo um roteiro também elaborado pela coordenação da pesquisa, a partir das observações realizadas.

3 . 2 – Segunda Etapa

A equipe de coordenação, junto às pesquisadoras, analisaram os dados levantados sobre os atos de discriminação racial em cada escola.

Em seguida houve o retorno dos dados de análise a cada escola, para que a direção tomasse as medidas necessárias.

A equipe de coordenação selecionou algumas escolas²² para fazerem parte desta segunda etapa, compondo os grupos focais para as entrevistas seguintes.

Foram realizadas entrevistas com os alunos, professores e demais profissionais da escola, que tivessem indicado interesse em participar dos grupos focais²³.

²¹ As entrevistas eram feitas com base nos roteiros previamente produzidos pela equipe de coordenação e estudados na capacitação.

²² A seleção das escolas foi feita com base em critérios estabelecidos pela Coordenação Nacional de Pesquisa.

As equipes de pesquisa elaboraram um relatório final da pesquisa de campo.

A partir deste relatório final foi elaborada uma análise da pesquisa direcionada ao tema aqui proposto.

Os itens relativos à cor/raça nos instrumentos de pesquisa ganharam centralidade nos depoimentos dos entrevistados. Percebe-se uma crença presente na sociedade brasileira de que essas questões podem acirrar desentendimentos entre os grupos uma vez que o mito da democracia racial ainda é muito presente.

Os comentários posteriores ao preenchimento dos formulários não apontavam para as desigualdades raciais e sim desigualdades de classes. As segregações de grupos de acordo com o pertencimento racial não foram declaradas nas falas dos entrevistados, entretanto foi observado durante as visitas às escolas, através de brincadeiras de caráter discriminatório.

Diante das evidências torna-se de extrema importância discutir o conceito de "tolerância", uma vez que este acontecimento é freqüente no cotidiano escolar.

Sendo assim, até que ponto essas brincadeiras de cunho discriminatório são toleradas pelos alunos? Qual seria o mecanismo de defesa dos mesmos em meio a um ambiente violento?

Não me refiro aqui à violência física, mas sim, à violência simbólica, mais dificilmente reconhecida, porém muito freqüente.

Tal situação traz à luz os debates e as implicações que interferem na representação dos sujeitos estigmatizados. Talvez isso, explique, em parte, a dificuldade de automeação no tocante a cor/raça expressa na pesquisa por significativo número de professores e alunos como também no campo lingüístico a recorrência de terminologias que refletem o preconceito e a discriminação de modo

²³ Esse dado era especificado no preenchimento dos questionários, numa questão onde o entrevistado informava se tinha interesse em dar continuidade e colocava o nome e a turma ou um telefone de contato.

que são naturalizadas no cotidiano da sala de aula. Em conversa informal um jovem assim se manifestou:

“Eu e o Wallace, eu também sou Wallace (risos). O pessoal, separa a gente, chamando um de branco e um de preto!. (risos); às vezes falam: não é o “tição” não! é o “branquinho” ; às vezes, percebo que o Wallace(negro) fica,bolado!”

A pesquisa em si pelo tema e suas vinculações instiga e traz a tona questões que são continuamente “negadas” pelo mito da democracia racial e, outras que são supostamente minimizadas pela “tolerância”.

Como por exemplo, o jovem aluno homossexual que foi rejeitado pela turma quando se candidatou a representante desta, ou o depoimento de uma orientadora educacional que revela que apesar de existirem alunos com necessidades especiais na escola, (surdos, cegos, deficientes físicos) incluídos na educação regular esses dificilmente ocupam postos no grêmio escolar ou são indicados como representantes da escola para algum evento.

Ainda, o caso narrado no relatório de campo a respeito de um aluno que é discriminado pela professora por ser obeso e que causa indignação aos demais jovens de sua classe.

“sabe que a professora de artes dirigiu-se ao aluno Bruno(gordinho) e lhe disse, que fosse ao MAC`DONALDS, comer mais para engordar mais e ficar “bem balofo”. Esta “brincadeira” da professora foi sentida pelos alunos de forma coletiva como uma agressão e discriminação, como eles próprios disseram: “só porque ele é gordo; agente não acha, que ela podia falar assim com ele , ele ficou bolado!” (conversa informal – relatório de campo).

Esta pesquisa foi de suma importância, pois através dela pude ter maior visão em relação ao racismo presente em ambiente escolar.

Em uma das escolas por mim visitadas, ocorreu um fato muito interessante. A coordenadora afirmou que não existe racismo no Brasil e que este é um problema que o Movimento Negro quer inserir na sociedade.

Paralelo a este relato, ela prosseguiu, dizendo "...inclusive, muitas meninas loiras até namoram rapazes.... rapazes...., sabe, de cor, e não tem preconceitos".

A entonação com que esta coordenadora disse esta frase, demonstra sua dificuldade em se referir a um aluno como negro.

Os alunos por ela orientados também afirmaram que o racismo não existe. Segundo eles, há uma segregação de acordo com as classes sociais, mas não em relação à cor/raça.

Todavia, são comuns os apelidos atribuídos aos alunos negros. São expressões pejorativas, de cunho discriminatório toleradas pelos alunos passivos e revidadas pelos alunos mais críticos, porém considerados mais violentos.

O fato de serem agredidos simbolicamente não justifica que a defesa desses alunos negros seja proveniente de atos violentos.

Entretanto, eles não estão preparados pra lidar com o preconceito, por isso, encontram na violência a resposta para suas angústias, uma vez que a violência se dá pela junção de conflitos que ocorrem diariamente.

Esta consideração final mostra que no âmbito escolar há dois tipos de alunos negros: os negros que não aceitam provocações e por isso agredem os "provocadores" como forma de defesa. Estes são chamados de alunos agressivos e difíceis de lidar. Alguns profissionais de educação atribuem a eles nomenclaturas semelhantes a marginais.

O outro grupo é composto pelos alunos que aceitam passivamente as provocações racistas e por isso são considerados educados. A esses alunos os profissionais da educação atribuem uma expressão de caráter totalmente racista, que se repete em vários espaços e situações, como *ele é um negro de alma branca*.

CONCLUSÃO

Certamente as questões aqui explicitadas não são de cunho especificamente escolar. As crianças em geral crescem num mundo dominado e estruturado por adultos, que, por sua vez, são formados em suas famílias, em instituições civis e pela ideologia da sociedade que os cercam. Desta forma, vão incorporando um conjunto de valores e crenças culturais que traduzem no cotidiano a forma de ser e agir da sociedade e dos grupos sociais aos quais pertencem e que estão inseridos.

Sendo assim, a aprendizagem destas crianças não pode ser considerada como um processo neutro, pois resulta das inter-relações que constituem os contextos sociais de suas vidas.

O silêncio escolar não é isolado. Ele é um silêncio que perpassa toda a sociedade. Mas não pode se deixar por conta de um silêncio criminoso crianças sofrendo diariamente situações que as empurram e a mantêm em permanente estado de exclusão da vida social, e pior ainda, em permanente sentimento de culpa pelos tratamentos a elas destinados. Isso porque, a criança precocemente expropriada do direito de reagir, de indignar-se, torna-se envergonhada pela sua situação e atribui a si mesma a causa de seu sofrimento. (CAVALLEIRO, 1998)²⁶

Sendo a educação utilizada como um aparato ideológico da sociedade, e, sendo esta discriminatória e excludente, o ambiente escolar acaba por ser um espaço onde coexistem o preconceito e a discriminação. Porém, este espaço não é o único.

Pequenas discriminações existem em qualquer lugar. A discriminação racial existe profundamente enraizada na personalidade dos jovens e também de suas famílias.

²⁶ CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil., p.120.

Observa-se que a criança branca e de classe média já vem condicionada a não relacionar-se com uma criança negra. (SILVA, 1995)²⁷

Conforme observado na pesquisa, as crianças apontadas pelas educadoras como difíceis são, em sua maioria, meninos negros, e as crianças apontadas pelas educadoras como fáceis são, em sua maioria, meninas brancas.

O preconceito e a discriminação racial constituem um problema que afeta em maior grau a criança negra, visto que ela, em seu cotidiano educacional, é submetida a inúmeras situações que podem dificultar e/ou comprometer o desenvolvimento de sua personalidade. As falas dos professores e demais profissionais da educação foram reveladoras de uma imagem da criança negra carregada de estigmas e de estereótipos negativos relacionados ao seu pertencimento racial e social.

Os alunos mais difíceis geralmente são assim considerados por reagirem a práticas sutis e inconscientes, tanto provocadas pelos alunos quanto pelos profissionais da educação, no que tange à disseminação do preconceito racial.

Este talvez seja um fator determinante para o fato de oferecerem à criança negra e à branca oportunidades de desenvolvimento social, cognitivo e educacional diferentes e desiguais. Contudo, este fato não justifica a desigualdade.

Podemos perceber que nem sempre a comunidade escolar está consciente e preparada para compreender e enfrentar os problemas gerados pelos preconceitos vividos pela criança negra, ONGs e associações do gênero realizam atividades para minimizar este e outros fenômenos correlatos, entretanto, geralmente o público alvo a que se destina esse tipo de trabalho é composto por afro-descendentes conscientes da sua importância na sociedade brasileira.

²⁷ SILVA, P. B. G. Quebrando o Silêncio: Resistência de professores negros ao racismo, p. 94.

É um grande desafio atingir aos demais brasileiros e fazê-los refletir sobre a relevância deste tema para a educação. Um exemplo disso ocorreu numa turma do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2002.

A Dr^a Ediale da Salgado do Nascimento, Presidente do Instituto do Centro de Memória e Documentação Afro-Brasileira, fez uma palestra sobre *O Negro na Construção do Brasil*, ressaltando sobre a falta de identificação do povo negro, pois a história que lhe é contada não contribui para sua auto-afirmação e auto-estima.

Em se tratando de um curso da Escola de Educação, este tema deveria abrir uma gama de discussões, ampliando a visão dos futuros educadores. No entanto isso não ocorreu, para as pessoas que estavam assistindo a esta abordagem era totalmente fora da sua realidade. Muitos, inclusive, retiraram-se da sala pois o assunto não lhes agradava. O que mais chamou atenção foi o fato de alguns alunos se posicionarem contra a concepção da palestrante, afirmando que o racismo não existe.

Ora, este fato é preocupante, no que diz respeito à formação de educadores, pois para se reconstruir a educação, tornado-a inclusiva, deve-se investir na formação desses profissionais, o que é dificultado quando estes não demonstram interesse em reflexões de caráter inclusivo.

Entretanto, se há uma resistência dos alunos recém formados, como se dá a inserção deste tema no cotidiano dos profissionais mais experientes?

É um trabalho árduo. Porém se não o fosse, para que serviria a educação? Seus principais objetivos devem se pautar por reconstruir saberes, fornecer

autonomia e favorecer a conscientização dos indivíduos mais passivos da importância de refletir e agir para transformar.

Concluo este trabalho com uma declaração da Dr^a Edialeida Salgado do Nascimento, esperando que este seja o início de uma grande jornada em relação às questões raciais.

De alunos de uma Escola de Educação, como os senhores, esperamos que não cessem as suas buscas de informações sobre o tema aqui em discussão, para que possam levar a seus futuros alunos uma visão ampliada, e sem preconceitos. É mais, esperamos dos senhores que se tornem agentes da transformação que sonhamos para o nosso país, que não pode estar isolado, mas aliado à luta dos países africanos, vítimas do passado, e no presente, da cobiça desmedida dos que se julgam superiores, e por esta razão, podem espoliar os povos africanos de suas riquezas naturais, fomentar guerras fratricidas, que dizimam as populações, e assim facilite que se assenhem daquelas terras e bens (NASCIMENTO, 2002)²⁸

²⁸ Nascimento. Edialeida. O Negro na Construção do Brasil, p. 31.

BIBLIOGRAFIA

A Cor do Brasil. Jornal O Globo. Edição Especial. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2003.

AQUINO, Júlio Groppa (org.). Diferenças e Preconceito na Escola: Alternativas teóricas e práticas. SP: Summus, 1998.

BASTIDE, Roger ; FERNANDES, Florestan. Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo, SP: Unesco-Anhembi, 1995.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. Dissertação de Mestrado. SP: USP, 1998.

Congresso Nacional. Lei nº 9.394 de 1996, Lei Darcy Ribeiro. Brasília-DF, 1996.

Congresso Nacional. Lei nº 10.639 de 2003, alterando a Lei nº 9.394 de 1996. Brasília- DF, 2003.

Constituição da República Federativa do Brasil. Série Legislação Brasileira. RJ: Editora Saraiva, 1988.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. SP: Editora Dominus, 1995.

FROTA-Pessoa O. Raça e Eugenia. In: SCHWARCZ, Lília K. M; QUEIRÓS, R. S. (org.) Raça e Diversidade. SP: Estação Ciência, EDUSP, 1996.

GRANDE, Maria Aparecida Rodrigues de Lima (org.). A Escola e Seus Alunos: O problema da diversidade cultural. SP: Editora UNESP, 1995.

HASENBALG, Carlos A; SILVA, Nelson do Valle. Relações Raciais no Brasil Contemporâneo. RJ: Rio Fundo Editora, IUPERJ, 1992.

HENRIQUES, Ricardo. Raça e Gênero no Sistema de Ensino: Os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: Unesco, 2002.

NASCIMENTO, Abdias do. O Quilombismo. Brasília / Rio de Janeiro. 2ª edição: Fundação Palmares / OR Editor Produtor Editor, 2002.

NASCIMENTO, Edialeida. O Negro na Construção do Brasil, 2002, mimeo.

OLIVEIRA, Iolanda de (org.). Relações Raciais e Educação: Alguns determinantes. Niterói, RJ: Intertexto, 1999.

SCHWARCZ, Lília K. M. O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questões raciais no Brasil: 1870-1930. SP: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, G. A Invenção da Raça e o Poder Discricionário dos Estereótipos. Anuário Antropológico. RJ: v. 93, p. 175-203, 1995.

_____. Racismo e Identidade Nacional: Paradoxos e utopias. Ciência Hoje. RJ: v. 19, nº 109, p. 41-44, 1995.

_____. Identidade, Território, Pertencimento: Psicologia e práticas sociais. RJ: v. 02, nº 1, p. 57-72, 1995.

SILVA, Ana Célia da. Desconstruindo a Discriminação do Negro no Livro Didático. BA: EDUFBA, 2001.

SILVA JR, Hédio. Discriminação Racial nas Escolas: Entre a Lei e as práticas sociais. Brasília: Unesco, 2002.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Pode a Educação Prevenir Contra o Racismo e a Intolerância? In: Reunião Preparatória para Conferência Mundial Contra Racismo, Xenofobia e Discriminação correlata. SP, 2001.

_____. Prática do Racismo e Formação de Professores. MG : Editora UFMG, 1996.

_____. Discriminação no Cotidiano das Escolas: Em busca de estratégias de fortalecimento da ação docente. In: I Congresso de Educação da APEOES. ES, 1997.

THEODORO, Gerson Miranda. Comunicação Ética e Organização Comunitária: Afirmação identitária numa sociedade multicultural dominada pela ideologia eurocêntrica. Tese de Mestrado, RJ: UFRJ, 2002.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Ser Negro no Brasil Hoje. SP: Editora Moderna, 1987.

VIANNA, Sérgio Besserman. Discurso de transmissão do cargo de Presidente do IBGE, 1999.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO - CURSO DE PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA II

Aluna: Tatiana de Castro

Matrícula: 1992.351.054

Título do Trabalho Monográfico: Relações Raciais no Cotidiano Escolar

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Amélia Gomes de Souza Reis

FICHA DE AVALIAÇÃO

Primeiro avaliador: Professora Leitora (convidada)

Professora: Maria ~~Elena~~ Viana Souza

Nota: 10 (DEZ)

Considerações Finais:

A leitura da monografia de Tatiana reportou-me
à experiência de muitos anos com o ensino Fundamental
em que essa temática foi sempre provocada por mim nos
poucos momentos de prática coletiva com os colegas profes-
sores. O que Tatiana relata está ainda muito presente nas
instituições escolares, revelando a importância dos seus
estudos e a necessidade do mesmo ser divulgado
para todos aqueles que defendem uma prática educa-
tiva mais justa e digna.

Segundo avaliador: Professora Orientadora

Professora: Maria Amélia Gomes de Souza Reis

Nota: 10,0 (dez)

Considerações Finais:

Terceiro avaliador: Professor da disciplina Monografia II

Professora: Lígia Martha C. da Costa Coelho

Nota: 10,0

Considerações Finais:

Muito bom o trabalho, em termos formais

Lígia



1
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNI-RIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

Rio de Janeiro, 02/04/2004

AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA

Em, 01 de Abril de 2004

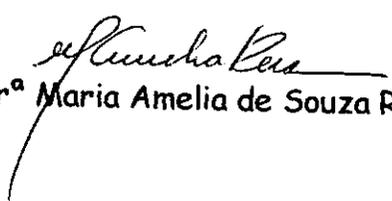
ALUNA: TATIANA DE CASTRO

TÍTULO: *Relações raciais no cotidiano escolar*

TATIANA, desde o primeiro momento em que me procurou para orientação de seu trabalho monográfico, me mostrou seu propósito em trabalhar cientificamente o tema proposto em sua pesquisa. Preocupação que vinha de longe em sua vida, carregada da necessidade de entender os vários fatos de sua própria experiência como negra num país que se auto-denomina anti-racista. Narra-nos com simplicidade o apoio que recebeu de sua família para superar os traumas causados pela discriminação, muitas vezes, sentida nas escolas privadas que frequentou e as lágrimas que precisou sufocar frente às constantes agressões, maioria das vezes, veladas quanto à sua condição de raça.

Sua monografia se desenvolve com a qualidade necessária a uma aluna que se inicia na produção de trabalho científico de mais peso. Ela vem complementar uma outra pesquisa da qual participou, em conjunto com outros pesquisadores de renome, junto à UNESCO. Faz uma análise qualitativa e quantitativa dos dados, superando com facilidade a dificuldade que muitos demonstram em relacionar competentemente estas duas dimensões metodológicas da pesquisa.

Compreendendo que o tema é da maior relevância em nossos tempos e, acreditando que a aluna conseguiu atingir seus objetivos no trato com o problema antecipado, confiro-lhe nota dez. conceito A.


Profª Drª Maria Amelia de Souza Reis



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO - CURSO DE PEDAGOGIA
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA
DISCIPLINA: MONOGRAFIA II

RESULTADO FINAL

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota Final
10,0	10,0	10,0	30,0	10,0

Rio de Janeiro, 03/05/2004

LURCOLIN